



Forma de produção dos alimentos comercializados por agricultores familiares para serviços públicos de alimentação no Brasil

Food production method used by the organization's farmers involved in the sale of food to public institutions.

MARTINELLI, Suellen Secchi¹; SOARES, Panmela²; FABRI, Rafaela Karen³; CLEMENTE-GÓMEZ, Vicente⁴; DAVÓ-BLANES, Mari Carmen⁵; CAVALLI, Suzi Barletto⁶

¹ Universidade Federal de Santa Catarina, suellen.martinelli@ufsc.br; ² Universidade de Alicante, panmela.soares@ua.es; ³ Universidade Estadual do Rio de Janeiro, rafa.kf@gmail.com; ⁴ Universidade de Alicante, vicente.clemente@ua.es; ⁵ Universidade de Alicante, mdavo@ua.es; ⁶ Universidade Federal de Santa Catarina, sbcavalli@gmail.com;

RESUMO EXPANDIDO

Eixo Temático: Políticas Públicas e Agroecologia

Resumo: O objetivo do estudo foi identificar a forma de produção dos alimentos comercializados por agricultores familiares para serviços de alimentação de instituições públicas brasileiras. Estudo transversal realizado mediante um questionário estruturado e auto preenchido, dirigido a 293 gestores e técnicos de organizações da agricultura familiar de todo o território brasileiro. A maioria dos participantes (71,7%) afirmaram estar envolvidos com a venda de alimentos da agricultura familiar para serviços de alimentação de instituições públicas. Foi observada associação significativa para o envolvimento com a venda entre as organizações de agricultores e os órgãos públicos de assistência técnica com o modelo convencional e misto de produção de alimentos.

Palavras-chave: sistema alimentar; desenvolvimento sustentável; compra institucional; restaurantes; alimentos orgânicos.

Introdução

A preocupação com os impactos sociais e ambientais negativos do atual sistema alimentar pode ser observada na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas. Para assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis é referida a necessidade de promover a sustentabilidade ambiental, social e econômica nas práticas de compras públicas (UNITED NATIONS, 2015). Nesse sentido, governos de diversos países incorporaram critérios de sustentabilidade para a compra de alimentos por instituições públicas, como a aquisição de alimentos locais, agroecológicos, parte da cultura alimentar e produzidos por agricultores familiares (FOODLINK, 2013; SMITH et al., 2016; SONNINO, 2009; SWENSSON; TARTANAC, 2020).

No Brasil destacam-se iniciativas como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a Compra Institucional do Programa de Aquisição de Alimentos



(PAA), que possibilitam processo diferenciado de compra para beneficiar pequenos agricultores, alimentos orgânicos e/ou agroecológicos (BRASIL, 2009; 2023a;b). Com vistas a estimular a ampliação da oferta de alimentos orgânicos ou agroecológicos, os programas estabelecem que produtos agroecológicos ou orgânicos podem ter um acréscimo de até 30% em relação aos preços estabelecidos para produtos convencionais (BRASIL, 2020; BRASIL, 2023b).

Diante da importância das compras públicas para o fortalecimento do setor agrícola familiar e para a qualidade da alimentação servida nas instituições, o objetivo do presente trabalho foi identificar a forma de produção dos alimentos comercializados pela agricultura familiar para serviços de alimentação de instituições públicas brasileiras.

Metodologia

Realizou-se um estudo transversal por meio de um questionário eletrônico enviado a atores chave na venda de alimentos da agricultura familiar para serviços públicos de alimentação, sendo eles gestores ou técnicos de organizações de agricultores familiares (cooperativas, associações, sindicatos) e de organizações governamentais que prestam assistência técnica a agricultores familiares de todo o território brasileiro.

A coleta de dados foi realizada por meio de questionário estruturado e autopreenchido, construído por meio da plataforma digital *Google Forms*. Tal questionário continha perguntas sobre os seguintes tópicos: a. Identificação dos participantes: nome da organização e cargo que ocupam na organização; b. caracterização da organização: região do país a que pertence (norte / nordeste / centro-oeste / sudeste / sul); tipo de organização (organização de agricultores familiares - associações, cooperativas e sindicatos; organismo governamental de assistência técnica; outros); forma de produção de alimentos dos agricultores envolvidos (convencional / orgânica / mista – organizações com membros que usavam os dois métodos); c. venda de alimentos para serviços públicos de alimentação (sim / não).

O questionário foi enviado por e-mail entre abril de 2019 e janeiro de 2020. Foram coletados os endereços de e-mail disponíveis no site dos órgãos públicos de assistência técnica aos agricultores, como secretarias de agricultura ou empresas de assistência técnica. Também foram coletados e-mails de organizações não governamentais, como sindicatos, associações ou cooperativas das diferentes regiões do Brasil. Para aumentar o índice de resposta, realizou-se contato telefônico com órgãos públicos de assistência técnica.

Para a análise dos dados foi utilizado o software SPSS (IBM Corp., Armonk, NY, EUA). As características das organizações foram analisadas por estatística descritiva, estratificando os dados de acordo com o envolvimento com a venda de



alimentos da agricultura familiar para serviços de alimentação de instituições públicas. Para analisar a associação entre as características das organizações e o envolvimento com a venda, foram aplicados os testes qui-quadrado ou exato de Fisher, comparando as características das organizações envolvidas com a venda de alimentos a instituições públicas com aquelas que não estavam envolvidas. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina (Brasil) (Registro: 3.344.854).

Resultados e Discussão

Na Tabela 1 são apresentadas as características das organizações de agricultores familiares participantes do estudo, estratificadas de acordo com seu envolvimento na venda de alimentos para as instituições. Os participantes estavam localizados principalmente nas regiões Nordeste (31,1%) e Sul (32,1%) do Brasil. A maioria dos participantes (60,4%) relatou que a organização possui tanto agricultores que utilizavam modo de produção orgânica, como agricultores que produziam de modo convencional. As organizações de agricultores e os órgãos públicos de assistência técnica com o modelo convencional e misto de produção de alimentos, estiveram mais envolvidos na implementação da venda de alimentos da agricultura familiar para serviços de alimentação de instituições públicas.

Tabela 1: Características das organizações dos participantes do estudo segundo o envolvimento com a venda de alimentos para serviços de alimentação de instituições públicas.

	N (%) 293 (100)	Envolvimento com a venda de alimentos a serviços de alimentação de instituições públicas	
		Sim, n (%) 210 (71,7)	Não, n (%) 83 (28,3)
Região			
Norte	45 (15,4)	35 (77,8)	10 (22,2)
Nordeste	91 (31,1)	62 (68,1)	29 (31,9)
Centro-Oeste	12 (4,1)	11 (91,7)	1 (8,3)
Sudeste	51 (17,4)	33 (64,7)	18 (35,3)
Sul	94 (32,1)	69 (73,4)	25 (26,6)
Modo de produção de alimentos utilizado pelos agricultores da organização*			
Misto (orgânico e convencional) ^a	177 (60,4)	136 (76,8)	41 (23,2)
Orgânico	59 (20,1)	38 (64,4)	21 (35,6)
Convencional ^a	32 (10,9)	27 (84,4)	5 (15,6)
Não responde	25 (8,6)	9 (36)	16 (64)

*Total < 293 - dados perdidos

^a p<0,05

Organizações formadas por produtores convencionais parecem vender mais para instituições públicas, corroborando com estudos anteriores que já indicaram a baixa inserção de alimentos orgânicos em restaurantes institucionais (SOARES et al., 2017). A regulamentação das vendas institucionais estabelece que os preços dos alimentos orgânicos podem ter um aumento de até 30% em relação ao que seria pago por um produto convencional. No entanto, essa regulamentação não parece



ser suficiente para possibilitar a produção e a participação dos produtores de alimentos orgânicos nas vendas institucionais. Uma das razões para isso é que os agricultores que estabeleceram sistemas de produção orgânica e se tornaram certificados, também puderam acessar mercados mais vantajosos do que compras públicas limitadas com o incentivo de preço de 30% (BORSATTO et al., 2019).

Deve-se levar em consideração que a venda de alimentos orgânicos requer uma certificação específica, cujo custo econômico nem sempre é acessível à agricultura familiar. Além disso, o processo de transição da produção convencional para a produção orgânica requer longos períodos (SOARES et al., 2015). Porém, nossos resultados mostram que parte das organizações que participaram do estudo possuíam produtores convencionais e orgânicos, o que sugere que, apesar das dificuldades, o número de produtores em transição para a produção orgânica pode estar aumentando.

Ao analisar os resultados do nosso estudo, deve-se levar em consideração que a participação voluntária e o procedimento de coleta de dados, realizado online, podem influenciar na taxa de resposta. Apesar disso, para aumentar o número de participantes, foram estabelecidos canais de comunicação via e-mail e telefone com órgãos públicos de assistência técnica e com as organizações de agricultores.

Conclusões

A venda de alimentos orgânicos produzidos por agricultores familiares para serviços de alimentação pode gerar benefícios sociais, ambientais, econômicos e de saúde. Contudo, nossos resultados indicam que as organizações de agricultores que produziam alimentos de maneira convencional ou mista estiveram mais envolvidas na implementação da venda de alimentos para serviços de alimentação de instituições públicas brasileiras. A fim de inverter esse panorama, são necessárias estratégias que promovam a produção orgânica e a compra pública de alimentos orgânicos.

Agradecimentos

Suporte financeiro: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, Chamada CNPq/MCTIC Nº 016/2016.

Referências bibliográficas

BORSATTO, Ricardo S.; ALTIERI, Miguel A.; DUVAL, Henrique C.; PEREZ-CASSARINO, Julian. Public procurement as strategy to foster organic transition: insights from the Brazilian experience. **Renewable Agriculture and Food Systems**, v. 35, n. 6, 2019.



BRASIL. Lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nº 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2009.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Resolução nº 06, de 08 de maio de 2020. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE. **Diário Oficial da União**, 2020.

BRASIL. Decreto nº 11.476, de 6 de abril de 2023. Regulamenta o Programa de Aquisição de Alimentos, instituído pela Medida Provisória nº 1.166, de 22 de março de 2023, e dispõe sobre o funcionamento do Grupo Gestor do PAA e do Comitê de Assessoramento do Grupo Gestor do PAA. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2023a.

BRASIL. Lei nº 14.628, de 20 de julho de 2023. Institui o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Cozinha Solidária; altera as Leis nºs 12.512, de 14 de outubro de 2011, e 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos); e revoga dispositivos das Leis nºs 11.718, de 20 de junho de 2008, 11.775, de 17 de setembro de 2008, 12.512, de 14 de outubro de 2011, e 14.284, de 29 de dezembro de 2021. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2023b.

FOODLINKS. **Revaluing Public Sector Food Procurement in Europe: an Action Plan for Sustainability**. Netherlands, 2013.

SOARES, Panmela; DAVÓ-BLANES, Mari-Carmen; MARTINELLI, Suellen S.; MELGAREJO, Leonardo; CAVALLI, Suzi B. The effect of new purchase criteria on food procurement for the Brazilian school feeding program. **Appetite**, v. 108, 2017.

SOARES, Panmela; MARTINELLI, Suellen S.; MELGAREJO, Leonardo; DAVÓ-BLANES, Mari-Carmen; CAVALLI, Suzi B. Potencialidades e dificuldades para o abastecimento da alimentação escolar mediante a aquisição de alimentos da agricultura familiar em um município brasileiro. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, v. 20, n. 6, 2015.

SMITH, Julie; ANDERSSON, Gunilla; GOURLAY, Robin; KARNER, Sandra; MIKKELSEN, Bent E.; SONNINO, Roberta; BARLING, David. Balancing competing policy demands: the case of sustainable public sector food procurement. **Journal of Cleaner Production**, v. 112, 2016.

SONNINO, Roberta. Quality Food, Public Procurement, and Sustainable Development: The School Meal Revolution in Rome. **Environment and Planning A: Economy and Space**, v. 41, n. 2, 2009.

SWENSSON, Luana F. J.; TARTANAC, Florence. Public food procurement for sustainable diets and food systems: The role of the regulatory framework. **Global Food Security**, v. 25, 2020.

UNITED NATIONS. **Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development**. General Assembly 70 session, 2015.